



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020

www.pormassas.org

@massas.por

anchor.fm/por-massas

INSTALADA A CPI DE CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO CAMPONÊS SEM-TERRA

Abaixo a CPI do MST!

25 de maio de 2023

À classe operária e aos demais trabalhadores

No Congresso Nacional se instalou várias CPIs. Entre elas a CPMI de 8 de janeiro, supostamente para apurar a responsabilidade daqueles que promoveram a tentativa de golpe contra a posse de Lula. Mas, a CPI do MST foi montada claramente com o objetivo de criminalizar o movimento camponês por ocupar propriedade dos latifundiários.

A CPI orquestrada pela Frente Parlamentar da Agropecuária, pelas associações da agroindústria e toda sorte de politiquinhos da direita e da ultradireita, principalmente pelos bolsonaristas, se distingue das demais pelo seu conteúdo de classe. Não se pode embaralhá-la com as CPIs de 8 de janeiro, das Lojas Americanas, Apostas Esportivas etc., que dizem respeito à política burguesa, às fraudes econômicas e às jogatinas. A CPI do MST é uma ação política de uma fração da classe burguesa, que atende aos interesses do conjunto dos exploradores da maioria oprimida e que está dirigida a proteger a propriedade latifundiária da terra.

É dever do próprio MST, dos sindicatos, bem como dos movimentos populares e estudantis, denunciar o conteúdo de classe burguês da CPI contra a luta camponesa pela terra. Não se deve ocultar que se trata de uma ofensiva da oligarquia capitalista contra os pobres do campo. O fato de a CPI do MST ser impulsionada pela direita e ultradireita diz apenas à orientação partidária de uma fração da política burguesa. O essencial se encontra

na natureza de classe do objetivo de criminalizar o movimento camponês, reprimir as ocupações e banir o MST.

O fato também dos bolsonaristas recorrerem a esse meio parlamentar para se opor ao governo federal não deve servir de motivo para ocultar o próprio caráter de classe do governo de Lula e do PT, que é servente da burguesia. Não há como o governo petista se opor aos latifundiários e ao agronegócio. A tentativa de conciliar interesses de classes distintas, em que uma oprime a outra, resulta em fortalecimento da política da direita e ultradireita. É o que se passa já nos primeiros meses do mandato de Lula.

A CPI do MST foi instalada sem que houvesse resistência para derrotar a ofensiva dos latifundiários e do agronegócio. Denúncias e protestos verbais da esquerda parlamentar, representada por uma parcela de petistas, pelo PCdoB e PSOL, não passaram de demagogia típica de reformistas, de corrompidos na política burguesa e impostores que necessitam jurar amor à causa dos camponeses, indígenas, ribeirinhos etc. Trata-se de uma farsa grosseira pretender derrotar a ultradireita e garantir a democracia burguesa nos limites da política parlamentar e da governabilidade pretensamente reformadora.

A CPI do MST demonstra o fato de que a direita e ultradireita se impuseram com o auxílio de parte da centro-esquerda. A justifi-

É dever do próprio MST, dos sindicatos, bem como dos movimentos populares e estudantis, denunciar o conteúdo de classe burguês da CPI contra a luta camponesa pela terra. Não se deve ocultar que se trata de uma ofensiva da oligarquia capitalista contra os pobres do campo

cativa de que já houve “várias CPIs que não deram em nada” é uma grande concessão à direita e ultradireita burguesas que estão a serviço dos latifundiários, da agropecuária e do agronegócio. A própria direção do MST faz pouco caso, como indica a notícia de que apresentou um “áudio de promessa de paz”, entregue ao deputado relator da CPI, Ricardo Salles, ex-ministro de Bolsonaro. Diz João Paulo Rodrigues, dirigente do MST, segundo o Jornal Estado de São Paulo: “A CPI é séria e vamos tratar de forma séria, sem criar malabarismos”.

A CPI é um instrumento da burguesia contra o movimento camponês, representando uma séria ameaça de repressão política, judicial e policial ao MST e a outras organizações que utilizam o método da ação direta, como o da ocupação e controle da terra ocupada. Se se trata de “forma séria”, se deve imediatamente mobilizar os explorados do campo e da cidade para pôr abaixo a CPI da criminalização do movimento camponês.

É tão “séria” a CPI do MST que em sua primeira seção o ex-policial e deputado do PL, Éder Mauro, aos gritos denominou os participantes do MST de “marginais e bandidos”. O presidente da CPI é o ex-militar e deputado Luciano Lorenzini Zucco, Republicano, e o relator, Ricardo Salles, uma dupla de bolsonaristas golpistas. Zucco cortou o pronunciamento da deputada Sâmia Bomfim, PSOL, quando denunciava que o presidente da CPI estava sendo processado como um dos articuladores da aventura golpista de 8 de janeiro.

O governo e o PT foram incapazes de combater e de barrar a ofensiva do agronegócio no Congresso Nacional. O seu ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, é um representante dos latifundiários e da agropecuária. E o MST não reagiu organizando um movimento pela bandeira “Abaixo a CPI dos fazendeiros, latifundiários e grileiros, de criminalização da

luta camponesa pela terra”. Mas ainda há tempo.

O Partido Operário Revolucionário (POR) trabalha para que as centrais, sindicatos, movimentos populares e o MST convoquem um Dia Nacional de Luta, para unir os trabalhadores da cidade e do campo em defesa de um programa de reivindicações e pela derrubada da CPI do MST. É o momento de constituir um comitê operário e camponês contra as ações repressivas ao MST e pelo atendimento das reivindicações dos sem-terra, bem como de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

É preciso que os explorados digam: não queremos CPI do MST; queremos a revogação imediata das contrarreformas trabalhista e previdenciária, de Temer e Bolsonaro, e o fim da terceirização; exigimos a redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários e a substituição do salário mínimo de fome pelo salário mínimo vital.

A miséria e a fome se alastram nas cidades e nos campos. É necessário varrer a ilusão de que, agora, com a volta de Lula e o PT ao poder do Estado os explorados serão atendidos em suas necessidades. São os industriais, agropecuaristas, agroindustriais e banqueiros que ditam, em última instância, a política econômica e social do governo. A CPI do MST é a demonstração de que é preciso reagir com organização, mobilização e independência política diante do governo, do Congresso Nacional e dos partidos da ordem capitalista.

A convocação de um Dia Nacional de Luta pode ser um passo na construção da unidade operária e camponesa. É dever de todas as correntes que se reivindicam do movimento operário, popular e camponês agir em frente única pela derrubada da CPI do MST e pelo programa próprio de reivindicações dos explorados da cidade e do campo.

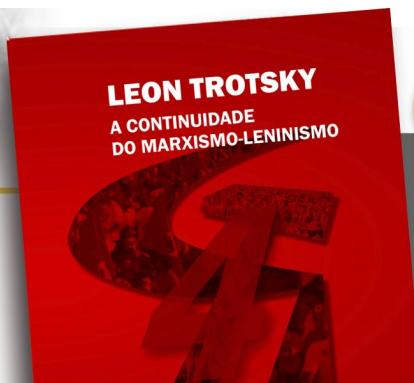
A CPI do MST é a demonstração de que é preciso reagir com organização, mobilização e independência política diante do governo, do Congresso Nacional e dos partidos da ordem capitalista

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.”



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**